

062ª SESSÃO ORDINÁRIA – 04JUL2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero registrar a presença do Secretário de Direitos Humanos, Ver. Luciano Marcantônio, que está aqui nos visitando hoje.

Quero também agradecer a presença de todos que estiveram presentes ontem na Audiência Pública, o Ver. Idenir Cecchim, a Secretária Adjunta de Direitos Humanos, o Ver. Elizandro Sabino, conversamos bastante sobre o Projeto já aprovado, nesta Casa, do Ver. Márcio Bins Ely.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

O Sr. Valter Ferreira da Silva, representando o Sindicato dos Empregados Motociclistas e Ciclistas de Veículos de Duas ou Três Rodas, Motorizadas ou Não, de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e Região/RS – Sindimoto –, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para falar sobre a violência no trânsito e acidentes envolvendo motociclistas.

O SR. VALTER FERREIRA DA SILVA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, telespectadores da TVCâmara, demais pessoas, agradeço ao Ver. Janta, colega da Força Sindical. (Pausa.) É bom ouvir os debates acalorados, porque, assim, a gente aprende.

Mais uma vez, eu volto a esta Casa, Sr. Presidente, para usar esta tribuna, infelizmente não para falar na redução de acidentes envolvendo os motociclistas – e, aqui, eu não quero me ater somente aos profissionais –, mas para dizer que o número aumenta a cada dia nas nossas vias. A cada dia, se publica a quantidade de acidentes com motociclistas, infelizmente também despreparados para enfrentar o trânsito, que ocorrem em nossa Cidade.

Nós estamos no mês de julho, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, e já contamos com 341 acidentes. Infelizmente, também não sabemos quem são e quem não são profissionais devido à falta de uma estatística que aponte qual o foco que devemos combater quanto à ineficiência desses condutores de motocicletas no trânsito. As estatísticas apontam, cada vez mais, um aumento, sem contar na quantidade de óbitos, que, até o presente momento, foram oito. E não sabemos quais as reais condições daqueles que se encontram nos hospitais, aumentando ainda mais o custo para a nossa sociedade pela falta de um aprendizado melhor.

Quero dizer aqui, Sr. Presidente, que esse flagelo começa exatamente na formação dos motociclistas. O sistema de formação, hoje, é matador. Ele não forma o motociclista para enfrentar as adversidades do trânsito. E o pior de tudo isso é que o Sindimoto apresenta propostas, mas, infelizmente, às vezes, elas são colocadas de lado, não sendo dada a elas a atenção que deveriam ter. E, a cada dia, a imprensa noticia, publica a quantidade de motociclistas envolvidos em acidentes de trânsito. Inclusive, hoje de manhã, um se acidentou na *freeway*; bateu na traseira de um Palio e caiu sobre o capô, totalmente desmaiado.

Outra coisa que nos chama a atenção, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, é a grande quantidade de recursos destinados ao setor hoteleiro – o que é louvável –, ao setor da gastronomia, para o treinamento dos profissionais. Tudo isso é louvável. Mas não fizeram nada, não deram um centavo sequer para os motociclistas, nem mesmo para os profissionais. Vejam, por exemplo, a lei que regula a nossa profissão na cidade de Porto Alegre; ela está totalmente parada. Não houve qualquer avanço de fiscalização, de qualificação nem de preparação. E, aí, nos acusam, dizem que nós, profissionais, não procuramos fazer o curso. Ora, se não tem uma obrigatoriedade, uma exigência, uma fiscalização, porque eu deveria gastar, investir, sendo que muitos já fizeram o curso e continuam trabalhando, enquanto outros tantos não fizeram e tudo continua a mesma coisa? Então, realmente, é uma situação muito difícil de continuarmos nesta profissão, sem qualquer retorno, inclusive sem o apoio do Poder Público, concedente no trânsito.

O que é pior ainda, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, a cada quadra desta Cidade que se muda o trânsito, que se fecha, ou que se faz qualquer inovação, nos é tirado nosso estacionamento de motos para que possamos trabalhar. Foi tirado da Av. Otávio Rocha, foi tirado da Av. Sete de Setembro, e quanto mais se aumenta o número de motos, mais

se reduzem os espaços públicos para que possamos estacionar nossas motos, trabalharmos e desempenharmos nossas funções a contento e em condições de levar o sustento a nossas famílias.

Além do mais, já procuramos tanto o Executivo quanto a EPTC, inclusive nesta Casa, nesta tribuna, Sr. Presidente, já falei que precisamos de uma ação, precisamos de uma proposta, precisamos fazer alguma coisa, não em prol da minha categoria, mas, sim, em prol dos motociclistas em geral. São 110 mil motociclistas na Capital, temos 18 mil profissionais, e o que estamos recebendo em termos de preparo? Nada! E o que é pior: esta é uma Cidade sede da Copa; preparam os taxistas, porque merecem, preparam todos os outros trabalhadores, e os motociclistas que levarão e buscarão as encomendas neste difícil trânsito, o que eles estão recebendo em termos de preparo? E não é falta de o Sindimoto pedir, tanto para o Governo do Estado quanto para o Governo Municipal. E agora estou nesta Casa para pedir aos senhores que, por gentileza, por favor, ajudem esses jovens que, por despreparo, se acidentam, se matam, porque a nossa profissão, devido à falta de cobrança e exigência, não os prepara para enfrentar as adversidades do trânsito.

Quero lembrar que nesta Casa tem um projeto que solicita mais vagas de estacionamento não só para os profissionais, porque todos têm a mesma liberdade de usá-lo, profissional ou não, porque todos precisam estacionar suas motos, assim como os carros. Tem o projeto que foi aprovado pelos senhores, e chega a EPTC dizendo que não tem condições de criar vagas, sendo que, cada dia mais, criam-se vagas para os carros. Mas que cultura é essa dos carros, que só os carros têm benefícios, só os carros podem, só os carros entram? Como nós, motociclistas, ficamos? Ótimo que estejam fazendo as ciclovias e locais para estacionarem, tudo isso é importante para a Cidade. Temos os espaços das bicicletas alugadas para as pessoas fazerem uso. Por que eles têm privilégios, e a minha categoria, dos motociclistas, não tem? Qual é a diferença? Por que esse tratamento? Por que esse desrespeito com profissionais ou não profissionais que compraram suas motos e usam o seu direito de ir e vir de um local para outro? Agora, o Governo Municipal diz que são R\$ 15 milhões de prejuízos em prol do transporte coletivo. E para os motociclistas? Portanto, é de se pensar, e peço a cada um dos senhores que analisem bem a alta acidentalidade dos motociclistas. Não podemos ficar inertes, não podemos aceitar o fato de 341 motociclistas, em seis meses, se envolverem em acidentes.

senhores tiverem condições de ir ao HPS ou ao Cristo Redentor, façam uma visita à área de traumatologia. Lá, os senhores conferirão o que estou dizendo aqui. É um derrame de jovens que ficam com grandes sequelas, morrem ou perdem membros superiores ou inferiores, sem contar que ficam inaptos para o trabalho. São jovens que poderiam devolver ao País, à sociedade aquilo que neles foi investido pelos pais. Isso acaba não ocorrendo, pois se envolveram em acidentes, mas não pela culpa deles, mas pela ineficiência do Estado em prepará-los para enfrentar a real situação do trânsito. O trânsito, senhores, não pergunta cor, idade, credo religioso; ele mata indistintamente. Quero aqui lembrar do protesto dos caminhoneiros, daquele caminhoneiro que foi brutalmente assassinado, pode-se dizer assim, com uma pedra, por estar num protesto do qual não fazia parte. Ele acabou sendo alvejado com uma pedra e veio a óbito. No nosso trânsito, envolvendo o nosso Município, não somos atacados com pedras, mas somos atacados por veículos de maior porte, que não respeitam os menores. E também se envolvem os pedestres, olhamos a alta acidentalidade e a morte de pedestres, principalmente idosos, e de ciclistas. O trânsito deixou de ser um lugar habitável, está deixando de ser um lugar de convívio mútuo, e tornou-se, sim, um local de disputa, onde o maior ceifa a vida do menor sem qualquer respeito, sem olhar as condições sociais de quem quer que seja.

Então, mais uma vez, o Sindimoto tem propostas; fizemos propostas para a EPTC, fazemos um trabalho conjunto com várias entidades, inclusive com esta Casa, para que possamos fazer um trabalho focado nos motociclistas, pedestres e ciclistas, que são as partes mais fracas desse nosso trânsito, em que impera a lei do mais forte, sendo que, pela lei do CTB, deveria ser o contrário: os mais fortes cuidar dos mais fracos, os motorizados cuidar dos não motorizados e todos em prol da vida.

Então, aqui, Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade que nos foi concedida, lembrando aos Srs. Vereadores, por favor, façam valer esta frase: a vida é o bem maior de cada ser humano. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Companheiro Valter, falo aqui em nome da Bancada do PDT, em nome dos Vereadores Delegado Cleiton, Dr. Thiago, Luiza Neves, Márcio Bins Ely, Mario Fraga, Nereu D'Avila, Luciano Marcantônio, Vereador licenciado desta Casa que hoje nos visita. Quero dizer que sempre lembramos da categoria dos motoqueiros, dos motobóis, dos mototaxistas, quando precisamos deles em Porto Alegre, e sabemos a quem recorrer quando queremos entregar um documento ou encomendar uma comida, alguma coisa de que precisamos, enfim, nessa hora, lembramos de ligar. As pessoas, quando veem esses profissionais acidentados nas ruas da nossa Cidade, suspiram, mas não veem quando há uma moto, no meio dos carros, precisando estacionar os seus veículos de trabalho, não é veículo de passeio, é uma ferramenta de trabalho. E tem-me chamado muito a atenção a falta de fiscalização da EPTC. Nós participamos muito da luta dessas pessoas pelo direito à suas vidas, lutamos pelo uso obrigatório do protetor mata-cachorro, do colete sinalizador, do capacete, lutas que nós encaminhamos juntos com esse Sindicato; são lutas que garantem a vida desses profissionais.

Esta Câmara e a nossa Bancada são solidárias a essa luta, a essa reivindicação. Vamos seguir juntos com a nossa Bancada, com a nossa Central nessa luta de vocês.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Valter, eu quero parabenizá-lo, fiquei atento ouvindo-o. Muitas vezes passa muita coisa despercebida na nossa vida. Eu que ando muito por aquele Centro, moro ali há 13 anos, na Rua da Praia, onde eu moro, tinha um estacionamento ali perto da Caixa Econômica. Na sua fala muitas coisas passam despercebidas por nós que andamos por aquele Centro, que andamos na cidade de Porto Alegre. Então eu quero dizer, em nome da nossa Bancada do PSD, em meu nome e do Ver. Bernardino Vendruscolo, que tem que haver um olhar mais atento, um olhar mais profundo para tudo o que tu disseste. Se já existe um projeto, que possamos olhar esse projeto, rever esse projeto – porque está aprovado –, para que deem condições. Vem aí a Copa do Mundo, e eu acho que quem mais vai servir à Copa do Mundo vão ser os motoqueiros, com toda a sinceridade, porque terão um trânsito rápido, encomendas

rápidas, tudo rápido. Então, eu penso que tem que haver um olhar mais profundo em cima disso tudo que falaste. Meus parabéns, conta com a nossa Bancada aqui na Câmara!
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Paulinho Motorista está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PAULINHO MOTORISTA: Boa-tarde, Presidente da Casa; Sr. Valter, Presidente do Sindimoto; eu quero dizer que eu sempre tive moto, sempre fui motoqueiro de coração e trabalhei também com veículo pesado, por 24 anos, como “motora” de ônibus e sempre respeitei os motoqueiros. Até porque não tem nada a ver por um carro ser maior ter que impor mais respeito. O respeito tem que ser maior do veículo maior. Eu quero dizer que, com certeza, tem que preparar bastante a gurizada que compra moto e amanhã já quer pegar de motobói. É para o bem deles, não é para nós, eles têm que ser preparados porque o trânsito não é brincadeira. Tem que saber se vai passar por um veículo pela direita, pela esquerda, aquela coisa toda. E os veículos têm que ter, sim, respeito pelas motos, porque a gurizada tem direito de trabalhar e ganhar seu pão de cada dia. Isso é um direito de todos, não só do rodoviário, do taxista, do motoqueiro, é de todos. E eu falo, em nome da Bancada do PSB, do meu Líder, Ver. Aírto Ferronato, que estaremos sempre de acordo e prontos para colaborar em qualquer situação que aconteça com nossos amigos motoqueiros, de cujo Sindicato o senhor é o Presidente. E cada vez as pessoas têm que ter mais respeito no trânsito; o espaço é para todos, se as pessoas dividirem o espaço como tem que ser, vamos evitar acidentes, seja com moto, seja com ônibus. E outra coisa, antes de eu parar de dirigir ônibus, eu vi dois acidentes feios na minha frente, sendo que os motoqueiros não foram os culpados. Então, não tem aquela coisa de dizer que o motoqueiro sempre é o culpado. Isso eu deixo bem claro: nos últimos dois acidentes que vi, os dois rapazes foram vítimas, não foram culpados.

Então, tem que haver respeito no trânsito, aproveitar o espaço que existe, e dividir. Se houver respeito no trânsito, este vai melhorar e serão evitadas várias tragédias aí no dia a dia, vai ser melhor para todos nós. Um abraço, e conte com este Vereador, Valter.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Bernardino Vendruscolo assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Queria me dirigir assim, numa forma de agradecimento mesmo, em nome da Bancada do PCdoB, composta por esta Vereadora e pelo Ver. João Derly, pela presença do Valter aqui, e também pela exposição muito concreta, muito sucinta, e trazendo-nos realidades assim bem objetivas.

Então, nesse sentido, Valter, queria dizer, em nome da nossa Bancada, três coisas que me chamaram a atenção. Primeira, como nós vamos ver toda a legislação, como nós podemos contribuir ao olhar a legislação em seu todo, porque há desde Lei Federal, até Lei Municipal. Mas, mais do que isso, eu acho que urge uma coisa que você disse, que não existe dotação orçamentária para formação e capacitação dos trabalhadores com motos, os motobóis, e todos os trabalhadores; e você fez uma relação importante com outros setores importantes. Nós precisamos ver isso, eu acho que esta Câmara teria que se debruçar sobre o assunto; nós estamos aí com o PPA, depois vamos ter a Lei de Orçamento, do ponto de vista da EPTC, do ponto de vista da Secretaria de Trabalho, porque isso é trabalho.

Segunda questão: eu dirijo o meu carro e vejo uma coisa que chego a achar, assim, criminosa mesmo, é exatamente o desrespeito dos outros veículos, de motoristas com os motobóis; trabalhadores de um lado, e quem usa motocicleta também para se deslocar para o seu trabalho. Eu acho que nós temos que enfrentar essa questão, porque é de desrespeito mesmo. É como se fosse uma relação de poder: eu estou no caminhão, no ônibus, no carro, e quem anda de moto, anda de moto por diletantismo. E não é isso; anda porque está trabalhando.

E a terceira questão: eu conversei agora com o nosso Presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, que é o Vereador Paulo Brum; eu sou Vice-Presidente, sou profissional de Saúde, sou farmacêutica – é a saúde desses trabalhadores, porque há uma relação muito criminosa do mundo do trabalho. Eles trabalham, ganham por entrega, e isso, sem dúvida nenhuma, gera uma série de acidentes, porque ele é um chefe de família – em sua grande maioria, são chefes de família. Por outro lado, o tipo de trabalho, sob o ponto de

vista de intempéries, etc., gera muito estresse e doenças representativas do mundo do trabalho. Então, conversei com o nosso Ver. Paulo Brum, que me autorizou a dizer aqui que a Comissão de Saúde e Meio Ambiente está à sua disposição, à disposição do Sindicato, para nós discutirmos essa relação no que tange à saúde desses trabalhadores. Obrigada pela atenção.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; Presidente do Sindicato, Valter, falo em nome da Bancada do Partido Progressista, do Ver. João Carlos Nedel, do Ver. Guilherme Socias Villela, e gostaria de fazer um registro aqui, da mesma forma. Uma das minhas preocupações, porque eu dirijo muito na Cidade de Porto Alegre, é justamente essa sensação que eu tenho da correria desses profissionais de entrega. Passa-me que a necessidade, a quantidade, essa pressa, muitas vezes, coloca esses profissionais, esses motoristas, em risco. Eu penso que se teria de tratar muito da questão da capacitação, dessa conscientização de que para eles ali, em cima daquelas duas rodas, o corpo é a lataria, é a proteção. Então, gostaria de fazer este registro aqui, de agradecer a sua presença e, principalmente, a oportunidade de exteriorizar esse sentimento. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Bernardino Vendruscolo, em nome do PTB, dos Vereadores Paulo Brum, Elizandro Sabino, Cassio Trogildo, venho aqui falar, Presidente Valter, realmente, da preocupação que é muita com o motociclista. Eu estava falando, pouco tempo atrás com o Ver. Valter Nagelstein, que, às vezes, somos os culpados. Quando estamos sentados na nossa casa, no nosso apartamento, enfim, e aí se quer pedir um telelanche e, se não chega, dali a pouquinho, começamos a ligar: “Está

atrasado! Quanto tempo vai levar?” Muitas vezes, nós também temos que ter o cuidado de não atropelar as pessoas, porque, no momento em que estamos com muita pressa, ligamos, e o motociclista sai para fazer a tele-entrega e, pela pressa, pode acontecer uma tragédia. Muitas pessoas dizem: “Um motoqueiro me fechou!” O motociclista tem uma educação mais tranquila, anda melhor no trânsito, porém, na maioria das vezes, nós é que somos os culpados, porque nós queremos rapidez, temos pressa, queremos tudo em 2 minutos, em 5 minutos. Marcam a entrega para daqui a 10 minutos; se não chegar nesse tempo, ligamos para perguntar por que não chegou. Aí eles começam a correr, a atropelar as pessoas, porque são seres humanos que andam nas motos, que buscam o sustento de sua família. Então, quero dizer que realmente a preocupação é muito grande, e o PTB é solidário a V. Sa.: deve-se ter um cuidado extraordinário, mas isso tem que começar por nós.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Prezado Valter e todos os trabalhadores em motocicleta, venho aqui em meu nome e em nome da minha Bancada, o Partido dos Trabalhadores, dos Vereadores Mauro Pinheiro, Sofia Cavedon, Marcelo Sgarbossa e Alberto Kopittke, para lhe dizer, primeiro, que eu já perdi as contas de quantas vezes o senhor esteve aqui nesta tribuna, e os problemas são os mesmos e se agravam, principalmente nos temas da segurança, tranquilidade e reconhecimento profissional. Já houve evoluções, sim, mas há muito a ser corrigido, principalmente que garanta a vida aos trabalhadores em motocicletas. Quero lembrar ao senhor que nós apresentamos, na revisão do Plano Diretor, discutimos, inclusive com o senhor e o Sindicato, e foi aprovado, está incluído no Plano Diretor, o conceito das motovias, que as novas vias a serem construídas tenham a faixa exclusiva para a moto. Há um conjunto de projetos novos saindo que não contemplam este tema. Então, eu, como Vice-Presidente da CUTHAB, e o Ver. Delegado Cleiton, nosso Presidente, queremos convidá-lo a fazer um debate na CUTHAB com o Governo a respeito desse conceito da Cidade, que entendemos viável, mas que tem que ser construído. Um grande abraço, e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Waldir Canal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. WALDIR CANAL: Quero cumprimentar o Presidente Valter em nome do meu Partido, o PRB, e dizer que este é um problema ao qual nós, aqui na Câmara, temos procurado dar a nossa parcela de contribuição, a Frente Parlamentar em Defesa ao Trânsito Seguro, a qual tem adesão de quase a totalidade dos Vereadores, que tem se debruçado sobre esse assunto. Nós queremos colocar essa Frente à sua disposição. Sabemos que os assuntos que dizem respeito aos motociclistas são grandes, são graves, inclusive estará aqui, na próxima semana ou na posterior, o Presidente da EPTC, para falar sobre o balanço semestral dos acidentes aqui na Capital, e nós vamos questioná-lo a respeito desse assunto também, porque é de suma importância. Inclusive nós precisamos trabalhar, eu peço a sua ajuda e coloco à disposição o nosso trabalho para criar a cultura da segurança no trânsito aqui na Cidade. É preciso ter esta cultura: o carro não é feito para competir, o carro foi feito para transportar! E essa tem sido a filosofia de muitos países; inclusive, ontem, recebi o livro do jornalista J. Pedro Corrêa, que fala sobre a Cultura de Segurança no Trânsito. Nós precisamos criar esse sentimento, espalhar para os motoristas que precisamos da segurança para nós e para aqueles que estão no ambiente do trânsito. Então, parabéns pela luta, e conte conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente dos trabalhos, Ver. Bernardino Vendruscolo; meu xará, parceiro e amigo Presidente Valter Ferreira da Silva, eu quero cumprimentá-lo e quero chamar a atenção dos colegas Vereadores para algumas coisas que estão ao nosso alcance. Disse o Presidente, na sua fala da tribuna, que são 110 mil motociclistas em Porto Alegre, Presidente Bernardino, dentre os quais eu me incluo. São 20 mil trabalhadores conhecidos como motobóis! São 20 mil! Como disseram tantos

outros Vereadores, são aqueles que, quando um filho nosso está doente à noite, nos trazem o remédio, independentemente do dia – se é feriado, se é sábado, se é domingo, se é tarde da noite – está lá o motobói. Quando se está com fome, vem o motobói trazer uma pizza, uma encomenda. São as verdadeiras formigas do nosso trânsito, trabalhando em favor da sociedade, e eles são desassistidos, abandonados, marginalizados e discriminados, Presidente! Porque isso que o Presidente Valter falou aqui é o reflexo exatamente dessa política. O Ver. Marcelo está aqui na causa das bicicletas, causa recente e uma causa a que todos nós devemos nos engajar. Mas, da mesma forma, precisamos nos engajar, Paulinho – que aqui é o representante dos rodoviários –, na causa da motocicleta. São 20 mil trabalhadores! O nosso Presidente Valter falou: não tem vaga de estacionamento! Por que tem vaga para carro? Por que tem Área Azul? E por que não tem vaga para motocicleta? Mesmo que seja pagando 50 centavos, um real, mas por que não tem? Por que não tem motofaixa? O Congresso Nacional também tem que regulamentar isso.

Eu acompanhei o Presidente em uma Audiência Pública em Brasília, promovida no Senado, para falar sobre accidentalidade. Falamos de transporte coletivo aqui, mas o que as pessoas não se apercebem é que exatamente pelas deficiências do transporte coletivo, pelo custo do táxi e outras formas de transporte, a maior parte dos trabalhadores compra moto; uma moto 125 e põe a família, não é só ele, às vezes tem criança andando sem nenhuma condição de segurança! Então, nós podemos garantir, ou trabalhar, ou pressionar o Executivo para que coloque recursos do FAT, na Secretaria Municipal do Trabalho, e para que dê qualificação para o motofretista. Tem recurso do FAT em abundância. Nós podemos fazer junto com o Senat, Serviço Nacional do Transporte, que faz para trabalhadores das empresas de carga, por exemplo, e por que não faz para o motobói? Precisamos ter na EPTC uma diretoria específica para tratar da questão do ciclista, do motociclista, do transporte em duas rodas – transporte marginalizado e hipossuficiente em nosso trânsito.

Sobre essas questões é que os Vereadores precisam se acordar. Nós estamos, agora, votando o Orçamento do ano que vem, e espero que nós possamos prever exatamente isso que o Presidente falou: a ausência ou a falta dessa visão e desses recursos e, mais do que isso, não só no Orçamento. Que nós pressionemos o Governo Municipal, a Secretaria Municipal do Trabalho para que crie projeto, para que busque no Ministério do

Trabalho os recursos, esses recursos do FAT que existem e são abundantes, e que a gente consiga ter na EPTC uma área que seja única e especificamente a questão do motociclista. Senão vamos continuar a assistir todos os dias essa tragédia; basta ligar o rádio ou o telefone pela manhã no Twitter ou em qualquer página social, que veremos acidentes de trânsito com motociclista caído, aleijado, morto. É hora de dar um basta nisso! E nós podemos ajudar muito. Parabéns, boa luta, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o meu querido amigo Valter Ferreira da Silva que nos dá o prazer de retornar à Casa, não é a primeira vez que nós temos a alegria de tê-lo aqui conosco e que preside o Sindicato dos Empregados Motociclistas e Ciclistas, em Veículos de Duas ou Três Rodas, Motorizados ou Não, de Porto Alegre, Grande Porto Alegre e Região/RS. A leitura simples disso dá a ideia da extensão da sua representação aqui na Casa. Aliás, eu, de certa forma, não deveria estar usando o microfone agora para agregar a posição do Democratas, de solidariedade a tudo aquilo que já foi dito, porque esta nossa audiência merecia terminar com o pronunciamento do Ver. Valter Nagelstein, que falou com o coração, com o entusiasmo de quem acredita no que está dizendo; o Valter, que já é um grande orador, superou-se no dia de hoje.

O amigo sai daqui convencido de um fato: existe aqui na Casa um clima altamente favorável para se fazer um verdadeiro mutirão contra a violência no trânsito e, sobretudo, buscando oferecer segurança a esses seus sindicalizados, que labutam nas nossas vias, cumprindo uma tarefa relevante, muitas vezes sendo solucionadores de grandes dificuldades. Os exemplos aqui trazidos à colação são mais do que suficientes. Nós mesmos nos socorremos, solicitando uma farmácia para que nos envie um remédio à noite, quem tem filhos pequenos, ou netos pequenos, no meu caso, pode muito bem acentuar este detalhe.

Então, saia daqui, Valter, com esta certeza, de Valter para Valter; o discurso do Valter Nagelstein é a conclusão do grau de entusiasmo e comprometimento da Casa com a tua causa. Conte conosco.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Obrigado.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. DELEGADO CLEITON: Só quero reforçar o convite do Ver. Comassetto. Estamos lá na Comissão de Transportes para discutir sobre a segurança no trânsito e sobre a segurança dos motociclistas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Sr. Valter, o senhor tem dois minutos para concluir, atendendo ao seu pedido.

O SR. VALTER FERREIRA DA SILVA: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, telespectadores da TVCâmara e demais trabalhadores desta Casa, agradeço, Sr. Presidente, por mais esses dois minutos. Quero dizer à Bancada do PDT e a todas as Bancadas, como a do PSD, que aqui se manifestaram, que eu saio daqui, hoje, agradecido e convencido de que a minha vinda, mais uma vez, não será em vão ou cairá no esquecimento, aquilo que a gente já vem buscando há anos, que nada mais é do que preparar os motociclistas, principalmente os recém-formados, para que eles possam ter condições, qualificação para pilotar esse veículo que realmente é perigoso, mas, se bem pilotado, temos certeza absoluta de que o retorno, em termos de segurança, é favorável. Quero dizer que vamos oficializar esta Casa, as Comissões de Saúde e de Trânsito, temos interesse em fazer esse debate, essa discussão, até porque chama a atenção dos senhores. Eu desafio alguém a encontrar alguma coisa publicada ou escrita sobre o que foi feito pelos motociclistas nos últimos dois anos, a não ser as propostas do Sindimoto, que tenta fazer com que o Poder Público, os governantes olhem para essa categoria, não apenas quando vamos levar o remédio, a *pizza*, o lanche, o documento, a passagem, ou

qualquer coisa que possamos levar ao encontro da necessidade das pessoas. Nós não queremos ser vistos somente por isso. Queremos ser vistos como profissionais, assim como os taxistas, o comércio, a indústria, nós queremos ser vistos na rua. Hoje, de certa forma, estamos escondidos, pois não sabemos quem são todos os profissionais. Por quê? Falta a Secretaria de Trânsito e a EPTC fazerem valer a lei, o Decreto nº 17.172, que regulamentou a atividade na Capital, não somente fiscalizando para punir, mas para que os profissionais se enquadrem na lei existente.

Então, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero aqui, mais uma vez, agradecer a fala de cada Vereador que se manifestou em nome de suas Bancadas, e saio daqui certo, convicto, de que assim como o colega ali, que veio pelas bicicletas, quem sabe, um dia, a minha categoria tenha o privilégio, que a sua categoria está tendo, de conseguir as ciclofaixas. Quem sabe, num futuro próximo, esse olhar que foi dado aos ciclistas possa também ser dado aos motociclistas, juntamente com as demais autoridades para que possamos mudar esse quadro de morte, de sequelados, de jovens que acabam ficando inaptos para o trabalho, sendo que poderiam contribuir, por exemplo, sendo grandes políticos, assim como vocês são hoje. Eu agradeço, uma boa tarde, e um bom trabalho a todos!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Nós é que agradecemos a participação dos senhores. Ficam suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h55min.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): (14h56min) Estão reabertos os trabalhos da presente Sessão.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ENGº COMASSETTO: Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; meus colegas Vereadores, Vereadoras, lideranças aqui presentes, membros da imprensa; eu venho

aqui em nome da minha Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores, em meu nome, em nome da Ver.^a Sofia Cavedon, em nome do Ver. Alberto Kopittke, em nome do Ver. Mauro Pinheiro, do Ver. Marcelo Sgarbossa, apresentar para Porto Alegre o Projeto de Lei que protocolamos nesta Casa, que trata do tema da gestão pública de transporte urbano. Nós apresentamos um Projeto que institui o sistema de gestão pública de transporte urbano que compreende a gestão do fundo público de transporte urbano, compreende o sistema integrado de bilhetagem de transporte urbano, compreende os instrumentos de transparência e controle social e dá outras providências, porque, com as manifestações ocorridas em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e em todo o Brasil, com o avanço da legislação federal, que construiu o marco regulatório para o transporte público, com a regulamentação que já saiu – os Municípios todos são obrigados a fazer licitação para o sistema de transporte público, são obrigados a dar transparência ao processo do aumento de passagens, inclusive com a divulgação antecipada da revisão dos itens da planilha, bem como a democratização do Conselho Municipal de Transporte Urbano. Nesse sentido, nós estamos apresentando esse Projeto de Lei para que todos aqueles temas que nós debatemos aqui na segunda-feira, na Sessão que começou às 14h e terminou à 1h30min da terça-feira, junto com outros Projetos que já foram protocolados, nós possamos, de imediato, tratar deste assunto na cidade de Porto Alegre e fazer avançar o sistema de gestão pública do transporte urbano, da administração. A nossa proposta é que o sistema de gestão e transporte urbano compreenda a gestão do fundo público de transporte urbano; compreenda o sistema integrado de bilhetagem do transporte urbano; compreenda a democratização do Conselho; constitua o fundo público de transporte urbano, que disciplina e orienta todos os recursos, entre eles, por exemplo, o Projeto de Lei que foi aprovado que está isentando do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, junto com o PIS, junto com a Cofins, sejam transmitidos, e que a passagem seja diminuída na mesma proporção em que diminuem os impostos. Este nosso Projeto de Lei vem para ajudar a regulamentar, a democratizar, a dar transparência e a fazer com que a Cidade continue avançando, e que não seja só no transporte público através de ônibus, nós precisamos instituir outros modais. Precisamos instituir o sistema hidroviário, podemos avançar no sistema das ciclovias – aprovamos um Plano Diretor e nem 5% foi realizado –, precisamos fazer com que os veículos leves sobre trilhos, ou seja, os trens de superfície, sejam implantados também em Porto Alegre. O Projeto

pág. 15

apresentado trata, então, do sistema municipal do transporte público. A nossa contribuição para a Cidade de Porto Alegre também é uma contribuição aos demais Partidos para que possamos, em conjunto, analisar, debater, verificar o contraditório, buscar uma síntese, mas que Porto Alegre avance, principalmente na democratização, na busca da qualidade do transporte público e na transparência das informações. Nesse sentido, a Bancada do Partido dos Trabalhadores apresenta a esta Casa e à Cidade a sua contribuição. Grande abraço, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Pois não, Vereador.

O SR. ENGº COMASSETTO: Sr. Presidente, como entendemos que este é um tema importante e nós produzimos esse Projeto, nós queremos entregar à Mesa, através da sua Presidência, neste momento, para que a gente possa acolher outros projetos de outros colegas a fim de fazer um debate nesta Casa, e manter o debate a respeito do transporte público no Município de Porto Alegre. Então, queremos entregar, oficialmente e formalmente, uma cópia do documento.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, nobres Vereadores, nós fizemos longamente, na segunda-feira, um debate sobre o transporte coletivo. A ideia é que como nós, em muitos momentos, conversamos com todos os senhores e as senhoras, as emendas que foram protocoladas e que vinculavam à transparência e ao controle de gestão se consubstanciassem num outro projeto desvinculado da questão tributária. É isso o que estamos fazendo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Muito obrigado. Recebo, então.

(Procede-se à entrega do documento.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu venho à tribuna para cumprimentar o Partido dos Trabalhadores por ter proposto este Projeto de Lei cujos termos eu não conheço, evidentemente, mas que é, segundo anúncio apresentado, a reprodução de várias das propostas que, a juízo da Relatoria e da maioria da Casa, equivocadamente haviam sido colocadas no Projeto que reduziu e isentou as tarifas de ônibus do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza. Óbvio que eu mesmo hoje estou colocando, em homenagem a várias pessoas que me endereçaram uma exposição a respeito da nossa posição pessoal na chamada Emenda nº 05, equivocadamente chamada como emenda da transparência, e que de transparência não tinha nada. Era a emenda da confusão, porque começava dizendo “coloque-se onde puder.” Então, *prima facie*, onde é que cabia? Em vários lugares, menos naquele Projeto, Ver. Tarciso. O Projeto era muito específico, tratava de uma alteração no Código Tributário Municipal e, como tal, não comportava regra estranha à tributação se colocada naquele Projeto. Então, a colocação que a Cidade inteira tem ouvido com grande equívoco, inclusive algumas grandes penas, brilhantes penas têm incidido nesse erro, é que nós não queríamos a transparência, e por isso votamos contra. Ora, nós dissemos aqui da tribuna que queríamos a transparência e parece que nós tínhamos combinado com o Prefeito Fortunati, porque, menos de 24 horas depois, ele abria por inteiro a planilha, que não tem nada a ser escondido. A planilha é tudo aquilo que nós vínhamos dizendo aqui: tem todos aqueles elementos que são levantados e que geram um cálculo técnico e chega aos valores que chega.

Então, eu quero saudar o Partido dos Trabalhadores, Ver. Villela; é uma forma de reconhecer que nós estávamos certos! Nós não cometemos nenhuma tropelia, não esmagamos a vontade de ninguém. Querem discutir gestão pública de transporte, vamos discutir! V. Exa. então, Ver. Villela, tem tudo para dar uma enorme contribuição nesta discussão, pelo que o senhor fez em termos de transporte coletivo na cidade de Porto Alegre. O senhor conseguiu fazer aquilo que o nosso querido Telmo Thompson Flores não havia conseguido: normalizar um transporte e um serviço público que era o maior tumulto na cidade de Porto Alegre. A juventude de hoje não sabe, mas eu vivi, eu sei o que eram os ônibus estragados na metade do caminho, filas de pessoas aguardando que outros tantos viessem pegá-los e não conseguiam. Sem falar no DATC, que era o serviço público, tão decantado por alguns, colocado; sei o que foi antes organizar esse sistema

todo, criar as bacias, a tarifa única. Porto Alegre deve para V. Exa., Dr. Villela, muita coisa. E no transporte, indiscutivelmente, deve tudo, porque o senhor organizou pela base o transporte público na cidade de Porto Alegre. Então, seguramente, eu estou colocando no Facebook a minha posição a respeito da famosa Emenda nº 05. Faço, porque eu nunca fugi da transparência: a minha vida sempre foi politicamente, há 40 anos, um livro aberto; até dizem que eu sou exagerado em tomar as minhas posições de forma afirmativa, colocando-me como liberal num momento que não tinha que ser colocado e tinha que ser discutido sob outro nível. Mas eu nunca escondi o que eu sou, o que eu penso e como eu quero encarar as coisas.

No dia em que nós votamos, na segunda-feira, fui um dos que mais me empenhei no sentido de que não prejudicássemos o Projeto, não criássemos um monstro, que pudéssemos levar, inclusive, a necessidade de veto, e com isso retardasse a sanção; e, retardando a sanção, retardasse a possibilidade de entrar em vigor o Projeto.

Meu caro e querido amigo Ver. Paulinho Motorista, que foi um dos que me induziu, junto com o Ver. Cláudio Janta, para a construção daquela solução, que vai ser muito melhor do que estávamos imaginando, porque eu fui descobrir mais tarde que há decretos, já nesse sentido, facilitando isso. E tem, o que é melhor, a vontade das empresas de contribuir, porque eles acham que está errado os motoristas não terem um lugar onde, frente a uma necessidade especial, possam se colocar. Nós sabemos, o senhor sabe, porque é do ramo, que tem alguns setores que não querem nem que ônibus chegue lá. Mas, nisso aqui, eles vão se dobrar diante da maioria e dentro do bom senso e da razoabilidade.

Então, saúdo o PT por ter trazido este Projeto, que eu não conheço, mas certamente vou discutir muito com eles, discuto tudo que passa aqui na Casa, é do meu feitio. E, com isso, cumpro, mais uma vez, a minha responsabilidade. Nós queremos, sim, a transparência, e achamos até que nem precisaria se colocar na lei; mas, se isso for necessário, vou colocar na lei adequada, onde cabe e não onde não cabe. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

Queremos saudar aqui, vindo lá de Palmeiras das Missões, o Ver. Carlinhos Arruda, do PPS, sua esposa e seu assessor de gabinete, o Taborda. Sejam todos cumprimentados por esta Casa, companheiros da política lá das Missões.

O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Presidente Bernardino, Srs. Vereadores; agradeço aos nobres Pares do PTB, Ver. Cassio Trogildo, nosso Líder; Ver. Paulo Brum e Ver. Alceu Brasinha, pela oportunidade de falar em Liderança pelo PTB.

A vinda à tribuna, na ocasião de hoje, é para fazer referência à nossa audiência pública que tivemos ontem, às 19h, aqui no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre. Ontem, na audiência pública, nós tratamos a respeito da prevenção, venda e consumo de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes na cidade de Porto Alegre. Esteve conosco aqui a Procuradora de Justiça, Dra. Noara, que trouxe relatos concisos a respeito de ações do Ministério Público no que diz respeito ao trabalho de prevenção, ao trabalho focado e voltado para a prevenção, profilaxia e também à venda de bebidas alcoólicas, que é proibida pela Lei Federal nº 8.069, de 1990 – o Estatuto da Criança e do Adolescente. Há uma proibição elencada em seu art. 81, que refere e traz, de forma muito cristalina, a vedação à venda para crianças e adolescentes de bebidas alcoólicas.

Ontem, aqui na audiência pública, estivemos representando a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente falando justamente sobre este tema que é tão preocupante. Preocupante, diga-se de passagem, porque Porto Alegre, segundo os dados que saíram no noticiário recente, é a Capital brasileira que tem o maior número de crianças e adolescentes que têm acesso ao álcool – não somente o acesso, mas que consome bebida alcoólica. Todos nós – e isso não é nenhuma novidade, Ver. Paulinho, nosso Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente – quando vamos aos postos de conveniência, muitas vezes adolescentes fazem o chamado “esquentar”, preparando-se para as badalas. Então, antes de entrar para um local fechado que tenha a proibição da venda, da disponibilização da bebida alcoólica para crianças e adolescentes, eles param em postos de conveniência, param em *trailers*, em bares e têm acesso à bebida alcoólica e, assim, então, por si só, bebem efetivamente. Há relatos – a própria Promotora Noara nos trouxe ontem – de coma alcoólico em adolescentes, quando

pág. 19

meninas e meninos são levados aos hospitais, para um pronto, um imediato atendimento, numa situação tão degradante.

É importante referir que o Ministério Público, que a Procuradoria de Justiça do nosso Estado e também todos os órgãos de defesa na área da criança e do adolescente têm atuado numa forma de conscientização das crianças, dos adolescentes e, especialmente, dos pais. Aliás, nesta última situação, quando o Ministério Público esteve presente chamando os pais para buscarem seus filhos sob efeito do álcool, os pais, constrangidos, assinaram termos, enfim, comprometendo-se em trazer a elucidação, em trazer esclarecimento e conscientização de seus filhos para a prevenção, para o não acesso a bebidas alcoólicas.

Portanto, quero parabenizar esta Casa, quando ontem recebeu aqui essa audiência pública tratando deste tema tão importante, deste tema tão atual na cidade de Porto Alegre. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado, Presidente, Ver. Bernardino Vendruscolo; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a Bancada do PMDB não costuma fazer jogral para entregar seus projetos nem pedidos de Moção. Eu queria ler um pedido de Moção que estamos fazendo em nome da Bancada do nosso Partido e, tenho certeza, da grande maioria dos Vereadores desta Casa: “Excelentíssimo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Tarso Genro: os Vereadores da Bancada do PMDB solicitam ao Governador Tarso Genro que proceda, com urgência, à desoneração do ICMS sobre a cadeia de insumos que compõem o custo do transporte coletivo”.

É simples, mas é importante. Já que a Bancada do PT está querendo arrumar, diz ou tenta fazer notícia sobre o transporte coletivo, a Bancada do PT tem a obrigação de escutar, pelo menos. Mas como eles estão embevecidos pela necessidade de fazer notícias sem aprovar os projetos, eles fingem que não escutam. Mas nós todos da Câmara, os Vereadores que querem realmente resolver o problema estão sabendo: uma Moção para que o Governador Tarso Genro deixe de teimar em não diminuir o ICMS que

incide sobre a cadeia do transporte coletivo, principalmente o ICMS sobre os combustíveis, isso ajudaria a baixar muito a tarifa, enquanto que a Bancada do PT faz tangenciamento para tentar ludibriar não só os Vereadores de boa vontade, como a população.

Eu vi a fotografia da entrega do Projeto, que não tem nada de novo, Ver. Villela, porque a Bancada do PT acabou de... porque eles já tinham protocolado e aqui só serviu para a foto. É especialidade da Bancada do PT fazer fotografia para, depois, mandar para os jornais. Tem até um *site* chamado “21”, esse que é o porta-voz oficial, Ver. Valter Nagelstein, às vezes com muitas verdades, e outras com muitas mentiras. Então, que se faça isso. Eu queria dizer, Ver. Valter, que V. Exa. chegou mais rápido do que toda a Bancada junta do PT: protocolou o Projeto que estava colocado de uma maneira errada, e hoje, a Bancada do PT legitima e atesta que a Bancada estava errada na votação que tivemos nesta semana. A Bancada do PT insistiu em aprovar emendas, e, hoje, eles reconhecem que estavam errados. Hoje eles protocolaram um Projeto que estavam querendo passar naquela votação. Ou eles estavam errados naquele dia, ou eles estão mentindo agora com a apresentação do Projeto; uma das duas coisas. A Bancada do PT precisa saber o que quer, e não pode dizer o que quer para não ouvir o que não quer. Acostumada a fazer sensacionalismo com meias verdades e com mentiras inteiras. Eu não podia deixar de registrar isso, Ver. Cassio Trogildo. A Bancada do PT ou mentiu durante toda a votação, querendo aprovar aquelas emendas, ou está tentando iludir a população com o Projeto que apresenta hoje; uma das duas coisas. Alguma coisa eles têm... Acho que vão se explicar – imagino que sim –, como sempre fazem. Alguma explicação eles têm que ter. Mas, de toda maneira, nós estamos tranquilos, porque denunciemos, no dia da votação, que as emendas estavam no lugar errado. Hoje, a Bancada do PT atesta que a Bancada da situação, ou a base do Governo, como eles chamam, estava certa. As emendas estavam no lugar errado, e eles ficaram aqui até a meia-noite tentando mentir para a população de que eles estavam certos. Hoje, eles atestaram isso apresentando este Projeto, fazendo aquela fotografia que a Bancada sempre faz, aqui, na frente do microfone. Nós não precisamos fazer isso. Estamos fazendo aqui a Moção para que o Governador Tarso Genro deixe de ser teimoso e pare de mentir com o tal do passe livre, porque não é passe livre coisa nenhuma. É passe livre só para os ricos! E não se assustem se, daqui a pouquinho, ele quiser botar que um não

pode andar, que outro também não pode andar. Só quer dar para os cupinchas dele, só onde os Prefeitos são do PT. E ele tem que baixar o ICMS aqui em Porto Alegre, onde tem muito estudante que precisa também. Mas não é só estudante; aqui, tem estudantes e pessoas que andam, que trabalham. E o Tarso Genro só quer dar para aqueles estudantes ricos que vão estudar de manhã, de tarde, o que não é o caso da população de Porto Alegre. Nós temos muitos pobres e muita gente precisando que baixe, ainda mais, o preço da passagem. O Prefeito José Fortunati baixou 100% do imposto. E o ex-Prefeito Tarso Genro, que sabe de tudo, que foi quem ajudou a crescer a ATP, a encarecer o transporte coletivo... Foi o PT que fez toda essa balbúrdia e não está querendo baixar o imposto do ICMS por pura teimosia e para continuar mentindo para a população que ele está tentando fazer alguma coisa. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero dizer que tínhamos muita convicção, inclusive toda a oposição, de que era fundamental vincular isenção de impostos a critérios de transparência e à incidência real na redução da passagem. Muita convicção! Tanto que os jornais e a opinião pública estão espantados e estranhando a posição da maioria desta Casa de não exigir nenhum instrumento de controle ao conceder isenções. Portanto, Ver. Cecchim, não venham solicitar mais isenções enquanto não construirmos, nesta Cidade, um novo modelo de gestão. E eu entendo, e nós entendemos, pela sua fala, que está apenas dizendo que colocávamos no lugar errado, que queremos apoio ao Projeto que hoje apresentamos, e apresentamos a partir da mesma convicção, porque, senhores, conceder isenções e não controlar todos os itens da planilha, não colocar a público... Nós afirmávamos, na segunda-feira à noite, daqui a seis meses, as isenções foram incorporadas, e os lucros estão acontecendo por outros itens não controlados e majorados.

Segunda questão: portanto, apresentamos aqui, para isso, uma série de instrumentos de transparência que é, sim, a publicização da planilha 30 dias antes; emenda que era do PSOL, emenda que era nossa. Nós tínhamos emenda nesse sentido. Também prevemos,

Ver. Valter, que diz que o projeto é seu, vai votar a favor, nós solicitamos audiência pública antes da majoração da planilha. Nós determinamos que o Comtu terá que ser democrático, que as entidades vão ter um terço, que a população vai eleger outro terço, e o Governo terá outro terço – e de forma direta será essa eleição; e o fundo será público, porque todo o dinheiro que o usuário põe no transporte público, que o trabalhador põe através do seu trabalho, e o empregador, 30 dias antes de entregar o Tri para o trabalhador, que gira na mão do empresário privado, vai girar na mão do Poder Público, sob o controle do Comtu, e vai votar por uma tarifa mais justa. Nós estamos dizendo que o sistema de bilhetagem tem que ser um sistema sob o controle público, tem que ser um sistema integrado, nobres Vereadores, integrado inclusive em todos os modais e com a Região Metropolitana. Tem que estar sob o controle público, para sabermos, exatamente, quantos têm isenção ou sob qual isenção andaram, para saber exatamente qual é o IPK, para ter se esse controle, para ter estudos e gráficos de análise das linhas que são mais operosas, mais onerosas, etc. Estamos dizendo que o novo Comtu irá chamar a população para estabelecer metas de qualidade que eram o que, segunda-feira, nós propúnhamos. Vincular à qualidade! Não é possível conceder mais isenções, portanto, colocar recursos públicos no sistema e não obter qualidade. E o nosso projeto de sistema público de gestão vai se vincular ao plano de progressiva qualificação de transporte público, que tem de ter meta, que tem de ter prazo, que tem de ser cumprido e que tem de incidir sobre conforto, sobre temperatura, acessibilidade, informação ao cidadão, cobertura das demandas da cidadania.

Mais um tema, por fim, senhores: nós estamos afirmando que as isenções fiscais e tributárias conseguidas em qualquer das esferas incidirão nos preços das passagens na mesma proporção da isenção concedida. E o que aconteceu, e por que, de novo, votaram contra a nossa emenda nesse sentido? Porque, se fosse proporcional, a passagem não teria baixado R\$ 0,05, mas teria baixado mais; teria baixado R\$ 0,075 que, arredondado, talvez reduzisse em R\$ 0,10. Aqui o PSOL trouxe emenda nesse sentido, e por isso nós recuperamos, com relação ao ISSQN, ...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Fernanda Melchionna.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não, não. Estou falando da proporção da isenção concedida. Da proporção, Ver.^a Fernanda, que nos alertou que o PIS e a Cofins já estão valendo e não estão incidindo sobre passagem. E aqui o Governo diz que não tem a ver com isso enquanto estiver na Justiça. É uma irresponsabilidade! Então, senhores, o projeto que nós trazemos aqui é para dar uma resposta consistente ao que a população do Brasil está pedindo nas ruas. É um projeto que guarda coerência com o debate que vimos fazendo, há anos, aqui nesta Casa, em especial desde 2011, e que leva muito a sério o dinheiro público, porque, no dia seguinte, o Prefeito disse que vai reduzir investimentos e serviços; isso porque deu essa isenção do ISSQN. Então, é muito mais grave e é preciso instalar uma completa Gestão Pública, controle e transparência, para chegarmos no melhor transporte possível, de qualidade, com a tarifa mais justa possível.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, eu só queria fazer um registro. Nós, os Vereadores, na segunda-feira, fomos acusados de sermos contra a transparência. Nós dizíamos, à exaustão, que não cabia transparência porque nós votávamos a alteração do Código Tributário do Município. Um *site* que se chama Sul 21 espalhou para toda cidade de Porto Alegre que nós éramos contra. Aí este Vereador propôs, ontem, este Projeto da Ver.^a Sofia; agora ela diz que ela está propondo. Então eu quero dizer o seguinte: quem protocolou o Projeto da Transparência foi a Bancada do PMDB. Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Valter Nagelstein. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezoito Vereadores presentes. Há quórum.

(O Ver. Dr. Thiago reassume a Presidência dos trabalhos.)

O SR. ENGº COMASSETTO: Eu peço que seja aplicado o Regimento desta Casa quanto às questões de Ordem, porque o que o Ver. Valter veio fazer aqui foi um Grande Expediente, não foi Questão de Ordem. Que isso seja feito para todos os Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Está feito o registro. Srs. Vereadores, nós vamos suspender a Sessão por cinco minutos para promulgar a consolidação, a concertação que todos vocês ajudaram a construir com o Sindicâmara, que versa sobre o reajuste dos servidores da Casa.

O Ver. Mario Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARIO FRAGA: Obrigado, Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, venho aqui falar em Liderança pelo Partido Democrático Trabalhista. A nossa Bancada é composta pela Ver.^a Luiza Neves, Ver. Delegado Cleiton, Ver. Cláudio Janta, Ver. Nereu D'Avila, Ver. Márcio Bins Ely e Ver. Dr. Thiago. Em um sistema de rodízio, cada Vereador fala num dia. Mas hoje, na minha vez, vou falar até por muitos Vereadores, tenho certeza. Primeiro, sobre a questão que o Ver. Valter Nagelstein levantou de que as redes sociais estão falando da maioria dos Vereadores. É uma pena que não consigamos devolver para as redes sociais. Vou falar do meu caso específico. Eu tenho três filhos adolescentes, imaginem como foi lá fora dizer que o pai deles votou contra a transparência, Ver.^a Fernanda. V. Exa. que me conhece bem. Para explicar tudo isso em uma rede social fica difícil; então vou usar este momento, porque as planilhas de custo das passagens de ônibus, para quem nos escuta e para quem nos vê, estão disponíveis aqui na Casa, sim, na Comissão de Finanças e Orçamento – CEFOR, 60 dias antes do aumento da passagem. Elas estavam aqui na Casa. Gostaria de dizer também que há reuniões do Comtu, na EPTC, todas às terças-feiras; são reuniões abertas, e as planilhas estão lá. E como eu expliquei para o meu filho e tentei colocar na rede social, aquele não era o momento. As pessoas não entendem que aquele momento, Ver. Villela, era um contrabando naquele Projeto, era uma coisa que não tinha nada a ver com o Projeto, que o Prefeito, corajosamente, mandou para cá, para reduzir, para isentar as empresas do ISS, Imposto Sobre Serviços, que já reduziu hoje, Cláudio Janta, R\$ 0,05. E eu já havia falado, há 30 dias, aqui, do mesmo lugar, que para mim e para a maioria do povo e das pessoas da comunidade que represento, R\$ 0,05 para vir e R\$ 0,05 para voltar, no fim do mês, Ver. Paulo Brum, faz diferença. E hoje a tarifa de R\$ 2,80 já está em vigor. E não podemos esquecer de que, em fevereiro, estava R\$ 3,05; hoje, são R\$ 0,25 de diferença. Em duas viagens, Ver. Paulinho Motorista, R\$

0,50 é a diferença de fevereiro para cá. Isso, para nós e para as nossas comunidades – eu que habito lá na Zona Sul, no Extremo-Sul –, pesa muito.

Agora, eu quero falar para quem me escuta pela Net, pelo canal da TVCâmara, que todos que estão aqui sabem o que essa planilha representava e onde ela estava. E agora há uma briga aqui, Delegado Cleiton, pela autoria do Projeto, para mostrar esta planilha. Volto a afirmar aqui, para quem disse que eu votei contra a transparência... Com relação ao Projeto, seja da Bancada do PT, seja da Bancada do PMDB, eu vou votar favorável, eu vou votar favorável a que as planilhas fiquem abertas. Naquele momento não podia ser, mas hoje, aqui, eu me comprometo, perante a TV, perante todos os Vereadores, seja a autoria de quem for, seja do PT, seja do PMDB; o Delegado Cleiton também se compromete, assim como a Ver.^a Luiza, com certeza. Só que, naquele momento, tentaram usar a nossa imagem aqui, porque não estávamos votando uma emenda que era contrabando. Então, eu acho que fica um pouco explicado, porque é difícil explicar numa rede, meu amigo Pedro Melo – V. Exa. que usa tanto a rede, eu sei –, em duas ou três palavras, por que se votou contrário a uma emenda. Mas fica aqui esta explicação e fica também, como diz o Ver. Brasinha, fica o meu telefone à disposição: 3220.42.20, para quem quiser mais alguma explicação. E fica o comprometimento de votar o Projeto para que abram as planilhas, aqui na Casa e na nossa cidade de Porto Alegre.

Por outro lado, nós temos amanhã, às 14h, um Seminário sobre Violência contra a Mulher, que será realizado pela Frente Parlamentar, presidida pela minha colega Luiza Neves, sendo que diversos Vereadores fazem parte dela. Hoje um tema que está na atualidade é a violência em todos os sentidos. Nós temos que banir essa violência. Aqui mesmo, na Câmara, tivemos, em uma Reunião da CEDECONDH, estudantes de 16, 17 anos – a Ver.^a Fernanda me passou o relato –, que estavam passando pela rua e foram agredidos pela Brigada Militar; vieram aqui e deram os seus testemunhos. Nós não podemos duvidar disso; para mim, quem tem 17 anos ainda é uma criança. O meu filho mais velho tem 31 anos. Então, uma pessoa com 17 anos, passar pela avenida e sofrer agressão da Brigada Militar, nós não podemos aceitar. Então, esse Seminário, Ver.^a Luiza Neves, veio em um bom momento. Em outras oportunidades eu já falei: às vezes a gente faz um ato, um fato, naquele momento, e, às vezes, passa. Ver.^a Luiza, não só acho como tenho certeza que V. Exa. vai aceitar que esse Seminário deve ser repetido, no mínimo, uma ou duas vezes por ano. Eu acho que tem que fazer esse Seminário no 1º semestre e

no final do 2º semestre, lá por dezembro. Se V. Exa. repetir, tenho certeza de que será um sucesso. O tema é do momento. Meus parabéns, Ver.^a Luiza Neves.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero fazer uma pequena retificação da minha fala anterior. Eu quero fazer um relato, agradecendo o conjunto dos Vereadores que tornou possível – foi um Parecer do Ver. Cláudio Janta –, mas quero agradecer, principalmente, à Mesa Diretora: Ver. Bernardino, Ver.^a Sofia, Ver. Nedel, Ver. Mario Manfro, Ver. Waldir Canal. Quero agradecer aqui aos outros Vereadores: Ver. Elizandro, Ver. Cassio, Ver. Paulo, Ver.^a Luiza, Ver. Delegado Cleiton, Ver. Mauro Pinheiro, Ver.^a Lourdes, Ver. Villela, Ver.^a Mônica Leal, Ver. Kopittke, Ver. Comassetto, que estava aqui, Ver. Mario Fraga, Ver. João Derly. A partir de uma concertação e uma ampla negociação aberta e transparente realizada, capitaneada pela Diretoria-Geral da Casa, pelo Dr. Gabriel Müller, e acompanhada juridicamente, de perto, pelo Dr. Luiz Afonso, nosso 37º vereador, sempre Diretor Legislativo, nós assinamos, ontem à noite, o reajuste às retribuições remuneratórias dos servidores da Câmara Municipal de Porto Alegre, com data base de maio, em 8%, a contar do dia 1º de maio, com 6,49%, correspondendo à inflação, e aumento real de 1,51%, a partir do silenciamento do Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre. Então, a Câmara Municipal de Porto Alegre, promulgou, a partir da assinatura do seu Presidente, o reajuste anual, após intensa e incessante discussão construída com o conjunto dos Partidos e com as Diretorias desta Casa. Quero, mais uma vez, agradecer o amplo apoio do conjunto dos colegas, a colaboração e grande discussão em quase 50 pontos, entre o Sindicato e as Diretorias desta Casa, possibilitando um amplo acordo coletivo, que, sem dúvida nenhuma, faz valorizar e vai valorizar ainda mais os servidores desta Câmara. Muito obrigado! Parabéns aos servidores por mais esta conquista, parabéns às Diretorias Legislativas desta Casa, parabéns aos Vereadores, pois, na sua posição, Ver.^a Jussara Cony, nós conseguimos valorizar os servidores adequadamente. E que possamos, a cada dia mais, avançar, no sentido de ter um trabalho público, um trabalho que efetivamente corresponda aos anseios da comunidade porto-alegrense. Muito obrigado.

Quero destacar a presença dos colegas Vereadores de outras cidades que acompanham o Ver. Bernardino Vendruscolo.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Vereadores, Vereadoras, eu quero trazer um assunto muito triste a esta Casa, inclusive a Câmara, em conjunto, fez uma série de audiências e projetos de lei para debater o tema da segurança nas casas noturnas. Todos acompanharam, aqui no Estado, no Brasil, no mundo, a tragédia que ocorreu em Santa Maria, dia 27 de janeiro deste ano, em que 242 pessoas, jovens, perderam a vida diante da negligência da boate Kiss. E, no dia 26 de junho, o movimento pela justiça, que é composto também pela Associação dos Familiares de Vítimas e dos Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, Movimento Luta e Luto, ocupou a Câmara de Vereadores daquela Cidade. E eu fiquei muito indignada com a forma como a imprensa contou essa história, que, de fato, é muito triste e muito indignante. Nós ouvimos, foi veiculada uma gravação em que Vereadores que compunham a CPI sobre a Kiss, três Vereadores da base do Governo Municipal de Santa Maria, diziam que fariam de tudo para que a CPI não chegasse até o Prefeito e que não poderiam ser ouvidas várias pessoas, porque a CPI chegaria ao Prefeito. Sim, Vereadores que compunham a CPI e que fariam de tudo para que ela, na prática, terminasse em *pizza*, em Santa Maria, sobre a tragédia da boate Kiss. Os familiares, que já haviam perdido os filhos e filhas, que já têm que conviver com uma dor enorme, além de verem os quatro presos serem soltos pelo TJ – os donos da boate e os integrantes da banda que soltaram aqueles fogos de artifício que deram início ao incêndio na boate –, tiveram que conviver com a tratativa de vida de pessoas como se fosse um balcão sujo de negócios que negocia a memória, a história, a vida de 242 pessoas! Um balcão sujo de negócios que não se dá conta do tamanho da tragédia, da violência, da tristeza e, sobretudo, da negligência e da corrupção dentro do Poder Público, que permite que determinados estabelecimentos, que não têm condição para nada, funcionem, colocando em risco a vida daqueles jovens! Como a boate conseguiu alvará se não tinha saída de incêndio, se aquilo mais parecia uma ratoeira? E foi isso que aconteceu, lamentavelmente, com centenas de jovens naquele local.

Eu fiquei muito indignada, muito indignada, Ver. Bernardino, com a repercussão da imprensa. Fiquei muito indignada! Porque os familiares, os jovens, a população de Santa Maria realizou manifestações, com 40 mil pessoas nas ruas, cobrando justiça! Porque,

eles, sim, ocuparam a Câmara para trazer à tona essa vergonha, essa bandalheira e essa corrupção desmedida! Porque eles tiveram a solidariedade de 80% da população! Porque receberam visitas de todos os lugares do Brasil, de pessoas prestando solidariedade nesse momento difícil em que pais, mães, tios, sobrinhos, primos têm que lutar pelo básico para que não tratem a vida de pessoas como mercadoria! Pessoas, jovens! Eu fiquei muito revoltada porque a Câmara foi entregue melhor do que antes da ocupação do movimento por justiça! Fiquei muito indignada porque, a partir dessa ocupação, eles conquistaram a demissão do Procurador Robson Zinn, que tem 30 dias para sair do cargo de Procurador! Porque eles pediram a saída imediata dos Vereadores da CPI que querem transformar a CPI em pizza! Porque um porta-voz do Governo, durante a tragédia, já pediu demissão, fruto da mobilização dessas pessoas, dessa ocupação, da luta por justiça! Então, eu não aceito que tratem um direito básico das pessoas – que é lutar por democracia, lutar por justiça e trazer, de fato, a luz, a verdade sobre os fatos – como trataram em vários meios de comunicação. Eu quero aqui me solidarizar com os familiares, com os movimentos e nos colocar sempre à disposição e dizer que cada um desses 242 jovens que perderam a vida merecem não só a nossa memória, mas, sobretudo, a nossa luta para que sejam presos os envolvidos, para que haja investigação e que se desmonte esse balcão sujo de negócios que libera alvarás à revelia.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. ELIZANDRO SABINO (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Bernardino Vendruscolo): Solicito a abertura do painel eletrônico para a verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Elizandro Sabino. (Pausa.) (Após a verificação de quórum.) Dez Vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h52min.)